

Economia  
Brasil

# Sarney diz que o governo começa a "arranhar o capital"

O texto final do pacote fiscal aprovado esta semana pelo Congresso foi enviado ontem à tarde ao Palácio do Planalto pelo senador José Fragelli, que se encarregou de retirar os três artigos que haviam sido rejeitados pela Câmara, mas que, por um erro da Comissão de Redação, foram reincluídos no projeto. Com isso, chega ao fim a polêmica criada com a denúncia sobre as falhas no texto do substitutivo. Agora, de acordo com a Constituição, o presidente Sarney tem 15 dias para sancionar a matéria.

"Nunca vi questão tão inútil quanto aquela levantada pelo senador Itamar Franco" — disse ontem o senador José Fragelli, ao reafirmar que o regimento interno do Senado é "claríssimo" quanto à possibilidade de correções nos autógrafos a serem encaminhados à Presidência da República. Ele afastou qualquer possibilidade de o pacote sofrer vetos do presidente Sarney em decorrência daquele erro, salientando que "não se pode vetar o que não existe".

José Fragelli atribuiu aquelas falhas a um descuido dos datilógrafos da Câmara que bateram o texto altas horas da noite. "Foi um simples erro de datilografia, em virtude de aqueles funcionários estarem cansados e insones, o que fez com que aqueles dispositivos não tivessem sido excluídos no texto encaminhado ao Senado" — explicou.

José Fragelli admitiu que o Congresso teve pouco tempo para votar o pacote fiscal, salientando que matérias dessa importância devem ter o prazo mínimo de 20 dias para serem apreciadas nas duas casas. "As críticas foram procedentes e não temos condições de refutá-las. O Senado, especialmente, não teve condições de oferecer os reparos que poderiam ter sido oferecidos, se não houvesse a premência de tempo".

Ele elogiou a atuação dos senadores Itamar Franco e Roberto Campos (PDS-MT), dizendo que o primeiro, "apesar do trabalho que nos deu obstruindo a votação, é um parlamentar bravo e brilhante". O senador Roberto Campos, segundo José Fragelli, "não se pode negar que é um dos firmes e consequentes dessa casa".

O presidente do Congresso lamentou, ainda, que todos os pedidos de empréstimos dos Estados e dos municípios não tenham sido aprovados — "foi o episódio triste daquela noite" —, o que deverá prejudicar os municípios mais necessitados. Só foram aprovados empréstimos para as prefeituras do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

## Avanço

"O pacote fiscal aprovado pelo Congresso Nacional pode não ser o ideal, mas foi um avanço. pela primeira vez vimos uma preocupação com o trabalho, como também vimos o governo começar a arranhar

o capital", disse o deputado Stélio Dias (PFL-ES), que considerou a iniciativa como o início do equilíbrio entre o capital e o trabalho, "que consolidará em breve a democracia social, que tanto almejamos".

"Lamentamos a aprovação do pacote econômico do governo", disse o senador Albano Franco (PFL) presidente da Confederação Nacional das Indústrias, ao conceder entrevista coletiva à imprensa, em Cuiabá. Na sua opinião, o mais correto seria a abertura das negociações em torno do pacto social, ideal de Tancredo Neves, que conta com o apoio dos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e do trabalho, Almir Pazzianoto.

Albano Franco ressaltou que a maioria das medidas estão corretas, porque visam a reduzir o déficit público e aumentar a arrecadação, bem como incrementar a área de investimento social. Quanto ao pacote tributário, Albano Franco assinalou: "Temos que dar o nosso voto de confiança a Dilson Funaro. Sabemos das dificuldades que poderão surgir em virtude dessa medida, mas o importante é que o projeto delineado pelo governo está pensando no social, ou seja, preparando-se para fazer justiça em todas as áreas, em especial na fiscal".

## Preocupação social

O presidente José Sarney aproveitou ontem a sua fala semanal através de uma cadeia facultativa de rádio para falar sobre o seu programa de mudanças, "para o qual obtive a aprovação indispensável da maioria dos deputados e senadores". Sarney destacou que ao se discutir essas mudanças, "não faltaram as versões falsas", e anunciou que 1986 será o ano dos programas sociais — "é a opção pelos pobres de que tenho falado sempre".

Inicialmente, ele procurou explicar a parte tributária do programa, lembrando que está isento do Imposto de Renda o trabalhador que ganhar até Cr\$ 3 milhões por mês. Não há mais desconto da fonte para as categorias menos assalariadas, mas "quem ganha muito vai pagar mais".

No entanto, segundo o presidente, a intenção do governo não se limita apenas ao Imposto de Renda. Além de não cobrar esse tributo — disse — o governo quer ajudar os pobres a viver melhor. E enumerou os cinco principais itens do programa de reformas sociais a ser deflagrado em 86: ampliação da merenda escolar, que será distribuída a crianças de sete a 14 anos de idade mesmo nas férias — "e podem levar os irmãos menores para comer com elas", atendimento médico a dez milhões de mulheres grávidas; fornecimento de alimentos nas creches; medicamento gratuito aos doentes pobres; e a distribuição de um litro de leite por dia para os filhos de trabalhadores que ganhem até dois salários mínimos.